

---

# A CONDIÇÃO PERIFÉRICA DO MARANHÃO À LUZ DO SISTEMA-MUNDO

---

## CONDICIÓN PERIFÉRICA DEL MARANHÃO A LA LUZ DEL SISTEMA-MUNDO

## MARANHÃO'S PERIPHERAL CONDITION IN THE LIGHT OF THE WORLD SYSTEM

**Bruna Caroline dos Santos Gomes<sup>1</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/6959585896177405>

<https://orcid.org/0000-0002-7317-9721>

**Itaan de Jesus Pastor Santos<sup>2</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/8910929906462818>

<https://orcid.org/0000-0003-4710-7684>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo principal definir em qual estrato da hierarquia proposta pela teoria de sistema-mundo o Estado do Maranhão estaria situado. Para alcance deste objetivo, empreende-se em uma pesquisa bibliográfica para localização das principais categorias de análise da referida teoria. A hipótese levantada é a de que o Maranhão - estado com os piores indicadores sociais do país - situa-se no estrato periférico, estabelecendo relações de dependência e interdependência com as outras unidades da federação e com as economias nacional e global. A metodologia utilizada compreende análise histórica da trajetória do estado e pesquisa documental mediante o levantamento de informações econômicas e sociais nos institutos oficiais de pesquisa. Realiza-se, também, uma análise de dois casos industriais relevantes para o Maranhão - VALE e ALUMAR S.A. – com o objetivo secundário de estabelecer uma correlação entre teoria e prática do campo empírico de investigação.

**Palavras-Chave:** Maranhão; Sistema-Mundo; Dependência.

**RESUMEN:** El principal objetivo de este artículo es definir en qué estrato de la jerarquía propuesta por la teoría del sistema-mundo se ubicaría el Estado de Maranhão. Para lograr este objetivo se realizó una investigación bibliográfica para ubicar las principales categorías de análisis de la teoría antes mencionada. La hipótesis planteada es que Maranhão -estado con los peores indicadores sociales del país- se ubica en el estrato periférico, estableciendo relaciones de dependencia e interdependencia con otras unidades de la federación y con las economías nacional y global. La metodología utilizada comprende el análisis histórico de la trayectoria del estado y la investigación documental mediante la recopilación de información económica y social de institutos de investigación oficiales. También se realiza un análisis de dos casos industriales relevantes para Maranhão - VALE

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Professor Doutor da Universidade Estadual do Maranhão.

y ALUMAR S.A. - con el objetivo secundario de establecer una correlación entre teoría y práctica en el campo empírico de investigación.

**Palabras-Clave:** Maranhao; Sistema-Mundo; Dependencia

**ABSTRACT:**

This article's main objective is to define in which stratum of the hierarchy proposed by the world-system theory the State of Maranhão would be located. To achieve this objective, a bibliographical research was undertaken to locate the main categories of analysis of the aforementioned theory. The hypothesis raised is that Maranhão - a state with the worst social indicators in the country - is located in the peripheral stratum, establishing relationships of dependence and interdependence with other units of the federation and with the national and global economies. The methodology used comprises historical analysis of the state's trajectory and documentary research by collecting economic and social information from official research institutes. An analysis is also carried out of two industrial cases relevant to Maranhão - VALE and ALUMAR S.A. - with the secondary objective of establishing a correlation between theory and practice in the empirical field of investigation.

**Keywords:** Maranhão; World-System; Dependence.

## INTRODUÇÃO

O Maranhão, estado situado na região nordeste do Brasil, conta com uma rica sociobiodiversidade, além de localização privilegiada no acesso aos principais mercados mundiais. Com um território de 329.651 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 6.776.699 de habitantes, historicamente é o estado brasileiro com os piores indicadores sociais, embora sua economia tenha crescido nas últimas duas décadas. Com o intuito de contribuir no entendimento do desenvolvimento desigual do Maranhão, empreende-se numa correlação entre a teoria do Sistema-Mundo e a realidade empírica deste estado.

A teoria de sistema-mundo preconiza um mundo interdependente, até mesmo países desenvolvidos necessitam de regiões fragilizadas para apropriação de excedentes. Países do núcleo orgânico não podem ocupar a mesma posição indefinidamente, havendo ciclos sistêmicos e alternância de hegemonias (ARRIGHI, 1996). No mundo globalizado, a divisão internacional do trabalho e os sistemas interestados e interempresas conduzirão as economias para o centro, semiperiferia ou periferia do capitalismo. Havendo mobilidade, o que leva uma

economia a permanecer secularmente estacionada na periferia?

Tomando o Maranhão como campo empírico, este trabalho analisa a trajetória econômica do estado sob a perspectiva de longa duração, propondo, também, um retrato recente de sua organização socioeconômica à luz do emblemático caso do Programa Grande Carajás. A hipótese levantada é a de que o Maranhão, sendo um estado periférico, depende da atuação do governo federal para geração de divisas; ao passo que o estado brasileiro também depende do Maranhão que, por conta de suas vantagens estratégicas e fragilidades nas esferas legal, política e cultural, se mostra apto a abrigar projetos com vistas a exportação de *commodities*.

A metodologia adota abordagem qualitativa e utiliza o método do estudo documental e histórico, além de pesquisa bibliográfica. Apesar de estarem disponíveis ao grande público, as informações dos institutos oficiais de pesquisa utilizados passaram por filtro e exame detalhado – como no *ranking* do IDHM de todas as cidades brasileiras do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - caracterizando, assim, uma fonte primária de pesquisa. Também foram analisados decretos, leis e o II Plano Nacional de Desenvolvimento para melhor compreender a dinâmica de implantação do Programa Grande Carajás. Como fontes secundárias foram revisadas publicações acadêmicas, artigos de portais de notícias e bibliografia pertinente.

Este artigo está dividido em quatro seções: a primeira compreende esta introdução; na segunda seção é realizada uma breve revisão teórica sobre a Teoria de Sistema-Mundo; na terceira seção temos os resultados e discussões, que é dividida em: I) História do Maranhão; II) Programa Grande Carajás e VALE S.A e III) ALUMAR S.A. Por fim, na última seção, temos as principais conclusões pertinentes à análise proposta.

## **SISTEMA-MUNDO: PRINCIPAIS CATEGORIAS DE ANÁLISE**

Na teoria de sistema-mundo as regiões são classificadas como centrais, semiperiféricas ou periféricas. Existem fatores que conduzem os estados-nação a ocuparem cada um desses estratos. O ponto de partida seria o entendimento de que o capitalismo é um sistema social histórico. Immanuel Wallerstein (2001) conta que o elemento chave do capitalismo é o capital, no sentido de riqueza acumulada e de *auto expansão*, já que “a economia capitalista tem sido governada pela intenção racional de maximizar a acumulação” (WALLERSTEIN,

2001, p. 17).

Na apreensão marxista, a acumulação se dá pela transição da fórmula M-DM-D (mercado – dinheiro/mercado - dinheiro) para o modo de produção capitalista, onde o dinheiro se transforma em mercadoria, que se transformará em mais dinheiro – D-M-D, havendo o acréscimo do dinheiro reinvestido (D-M-D'-M-D'...). De acordo com Braudel (1995), sob este modelo, erguem-se hierarquias sociais ativas que falseiam a troca em proveito próprio, alterando a ordem existente, voluntária e até involuntariamente, criando anomalias, turbulências. Esses movimentos conduzem a acumulação diferenciada e apropriação desigual de riquezas, formando hegemonias e ciclos sistêmicos de acumulação<sup>[1]</sup> (ARRIGHI, 1996).

Regiões que se sobressaem na economia global acabam por impor regras nas arenas econômica, política, militar, diplomática e cultural em um esquema de interdependência, já que também necessitam de regiões fragilizadas para incorporação de capital, primitivamente na forma de territórios (impérios-mundo), ou, mais recentemente, a partir da divisão internacional do trabalho (sistema-mundo) (ARIENTI; FILOMENO, 2007).

A corrida imperialista causou distorções assentadas na troca desigual. Em “*O Capital*” Marx já alertava que, “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (MARX, 2013, p.877). Na mesma linha, Fernand Braudel (1995) demonstra que em uma estrutura de longa duração é que se constitui o panorama do “*destino diferenciado do mundo*”:

Os homens dividiram-se em grandes massas que, ante sua vida cotidiana, estão tão desigualmente armadas quantos os diferentes grupos no seio de uma dada sociedade. Assim, se apresentam, à dimensão do globo, os personagens coletivos [...] Consagrado às excelências da vida econômica e do capitalismo que, mais violentamente sem dúvida do que a vida material, dividem o mundo em regiões desenvolvidas e regiões atrasadas, segundo uma classificação que nos tornou familiar a realidade dramática do mundo atual (BRAUDEL, 1995 p. 87).

Além da História, outra categoria de análise fundamental na teoria de sistema-mundo é a atuação do Estado. Arientti e Filomeno (2007) destacam que os Estados nacionais se beneficiam do maior excedente apropriado por suas burguesias locais. Utilizando a categoria “*sistema interestatal*”, proposta por Wallerstein, demonstram que diversos mecanismos econômicos são utilizados pelas burguesias e seus Estados para distorcer o mercado a seu

favor através de relações monopolistas. Sendo assim, para que a troca desigual não seja esporádica, como pode acontecer no mercado, os capitalistas têm que garantir seu monopólio de forma mais protegida e duradoura em alianças com o Estado (ARIENTI; FILOMENO, 2007, p. 109). Dessa forma, a concorrência é atenuada em uma situação de livre mercado, ou seja, países periféricos e semiperiféricos não conseguem competir com países do núcleo orgânico.

Além da organização entre Estados, também ocorrerá articulação entre empresas em um esquema de integração vertical que seleciona quem se beneficia dos incentivos do sistema-mundo. O sistema “*interempresas*” são as relações insumo-produto da qual dependerão os estados e domicílios de uma nação em uma teia imbricada de relações de interdependências. Os estados se especializaram em fornecer proteção aos domicílios e empresas; e os domicílios se especializaram em fornecer força de trabalho aos Estados e empresas; e as empresas se especializaram em garantir aos Estados os meios de proteção; e aos domicílios, os meios de subsistência (ARRIGHI, 1997, p.21). Essas relações fazem parte do dia-a-dia de uma sociedade e são pouco questionadas.

Para que Estado e empresas, dependentes, se articulem para consecução da troca de interesses acima descrita, chega-se ao elemento chave da análise de sistema-mundo: *a divisão do trabalho*. Karl Marx demonstrou que o trabalho possui duplo caráter, já que as mercadorias têm valor de uso e de troca, o trabalho se expressa como uma mercadoria na qual parte do valor é apropriada como excedente pelo empregador, a chamada mais-valia. Para Marini (2000), a cota de mais-valia não é a produtividade em si, mas o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo e o trabalho excedente. A mais-valia relativa está ligada à desvalorização dos bens-salários, mas não a produtividade do trabalho (MARINI, 2000, p. 114-115).

Marini contribui no entendimento da *superexploração do trabalho*<sup>[2]</sup>, no qual a mais-valia absoluta é extraída dos países periféricos e transferida como mais valia-relativa para os países centrais, sem que isso implique, necessariamente, em aumento da produtividade. Esse fenômeno será observado mediante achatamento de salários e aumento da carga horária de trabalho nos países subdesenvolvidos, algo possível a partir da formação das cadeias globais de produção, na qual os países centrais assumem as etapas mais sofisticadas do processo

produtivo.

Para Vieira e Prado (2005), a divisão internacional do trabalho é a espinha dorsal da teoria de sistema-mundo, sendo o pilar de toda a argumentação de Wallerstein e pode ser definida como a existência de diferentes atividades, em diferentes regiões, realizadas por diferentes grupos étnicos, com diferentes remunerações.

“A divisão do trabalho é o que constitui a própria economia-mundo, a qual pode ser pensada como uma teia formada pelos elos das cadeias mercantis, os quais, apesar de se localizarem dentro dos limites dos estados-nação, constituem um sistema que se sobrepõe a todos eles” (VIEIRA; PRADO, 2005, p. 14).

Importa destacar que sempre devemos considerar a História para compreendermos que a divisão internacional do trabalho não é um fenômeno recente. Karl Polany (2000), em “*A Grande Transformação*”, utiliza o exemplo da Inglaterra, onde o país “sacrificaria” sua agricultura, se necessário, para ingressar numa forma de vida na qual ela seria parte integrante de uma unidade mundial do futuro - essa comunidade planetária teria de ser pacífica, pois estaria ciente de que enfrentaria deslocamentos industriais e dependeria de sua capacidade superior, inventiva e produtiva.

Já Marini (2000) empreende na análise da inserção da América Latina no sistema global de produção. Para o autor, os países da América Latina, na condição de colônias produtoras de metais preciosos e de gêneros exóticos, contribuíram para o aumento do fluxo de mercadorias e expansão dos meios de pagamento, permitindo o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentando também o sistema manufatureiro e abrindo caminho para criação da grande indústria (MARINI, 2000, p. 108). Portanto, a criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional (MARINI, 2000, p. 111).

Wallerstein (2001) afirma que a concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto a motivação política para a formação de aparatos estatais relativamente fortes, dotados da capacidade de assegurar que áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracas (WALLERSTEIN, 2000, p. 20). O que nos remete à noção de “*desenvolvimento do subdesenvolvimento*”, de André Gunder Frank, na qual se torna difícil sair de uma relação de dependência, já que o produto da dependência será sempre mais

dependência.

Ainda que haja mobilidade na hierarquia, fica claro que as nações não podem se desenvolver em simultâneo, conforme assegura Wallerstein (2002):

Quanto ao desenvolvimento nacional dentro do contexto da economia internacional capitalista, é simplesmente impossível que todos os países consigam atingi-lo. O processo de acumulação capitalista necessita de um sistema hierárquico no qual o excedente é distribuído de maneira desigual, tanto em termos espaciais como de classe (WALLERSTEIN, 2002, p. 174).

Países que compõem o núcleo orgânico são as nações que têm uma capacidade maior do que os periféricos de reter/atrair capital sob sua jurisdição, já que controlam os principais elos das cadeias de mercadorias. São também capazes de estimular atividades produtivas e inovativas, garantindo maiores lucros. Porém, esses Estados são minoria, já que dependem dos países situados nos estratos inferiores para apropriação de benefícios líquidos ao estabelecerem relações de troca desiguais.

Já os Estados semiperiféricos ocupam uma posição intermediária da estrutura hierárquica do sistema capitalista. Para Arientti e Filomeno (2007) a semiperiferia pode ser representada por um processo contínuo de atividades em elos de cadeias de mercadorias que serão capazes de absorver ou de transferir valor para outros elos da cadeia. Essas regiões podem concentrar atividades centrais e periféricas sob o mesmo território, extraindo valor de atividades periféricas de um lado e transferindo valor para atividades centrais de outro. Sua mobilidade na estrutura dependerá do jogo concorrencial – *know how*, inovação, infraestrutura, finanças, etc. Para Arrighi (1997), uma das “características mais notáveis da economia mundial é a existência de um número significativo de Estados que parecem estar permanentemente estacionados numa posição intermediária entre a modernidade e o atraso, o centro e a periferia” (ARRIGHI, 1997, p. 137).

Por fim, as nações situadas na periferia estão mais distantes dos centros, especializaram-se em atividades que transferem valor para regiões semiperiféricas e centrais, produzem e fornecem produtos com mão-de-obra mal remunerada em troca de produtos bem remunerados. De acordo com Arrighi (1997), ao contrário dos países do núcleo orgânico, países periféricos não conseguem controlar o acesso das principais cadeias de mercadorias e não possuem um clima político favorável à capacidade empresarial capitalista. Desse modo, estados do núcleo orgânico controlam as vantagens das receitas provenientes das regiões

periféricas. Podemos chamar a área perdedora de “periferia” e a área ganhadora de “centro”, nomes que na verdade refletem a estrutura geográfica dos fluxos econômicos (WALLERSTEIN, p.30, 2001).

Com o intuito de facilitar a compreensão das principais categorias de análise da teoria de sistema-mundo e de viabilizar a correlação entre teoria e realidade do campo empírico de investigação, propõe-se um quadro-síntese com contribuições relevantes da teoria de sistema-mundo. Vale destacar que a intenção é apenas a de localizar pontos em comum entre autores, apropriados à presente pesquisa.

**Figura 1:** Categorias de análise do sistema-mundo



Fonte: Elaboração dos autores

## HISTÓRIA DO MARANHÃO

De acordo com Braudel (1995), a vida econômica é feita de irregularidades, na qual uma antiga e progressiva divisão do trabalho provoca separações e encontros necessários de que se alimenta a vida ativa e consciente de todos os dias. Desse modo, decisões e atitudes do passado surtem efeitos de longa duração, de forma positiva e/ou negativa. Neste tópico, será

realizada uma análise sucinta da História do Maranhão.

De acordo com Cabral (1992), existiram duas frentes de ocupação em território maranhense: uma litorânea e outra pastoril (interiorana). Enquanto a primeira contou com a atuação de uma política expansionista da coroa portuguesa desde o século XVI; a segunda teve início no século XVIII, mediante ocupação de migrantes, sobretudo baianos, com vistas a criação de gado nos campos naturais do Sul - os famosos “Pastos Bons”. Ainda de acordo com a historiadora, essas linhas de ocupação estruturam duas bases econômicas distintas, uma fundamentada na agroexportação e outra na pecuária.

Desde o “*descobrimento*” (grifo nosso), o litoral norte do país era alvo de incursões de povos imperialistas, de tal modo que, em 1612, os franceses fundam uma colônia em território brasileiro - a França Equinocial -, na ilha batizada de São Luís em homenagem ao rei francês Luís XIII. A expulsão dos franceses se dá dois anos depois, em uma expedição comandada por Jerônimo de Albuquerque, sendo esta a primeira frente de expansão na capitania.

De acordo com Mesquita (2011), que utiliza a historiografia de Arcangelli (1989), nesta primeira fase o Maranhão se encontra indiretamente articulado ao processo global de acumulação primitiva em andamento na Europa. Tal qual em outras capitanias, foi implementado o sistema de *plantation* para cultivo da cana-de-açúcar e instalação dos primeiros engenhos. A produção era incipiente por falta de incentivos financeiros e de mão-de-obra escrava em comparação às outras capitanias da colônia.

Com a intenção de reverter a situação, o governo português cria em 1682 a Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, com o objetivo de conceder o privilégio exclusivo de comercialização com o Maranhão (estanco) e fomentar a produção e manufatura do açúcar e algodão. Também se comprometia a introduzir 10 mil escravos neste mesmo período (500 por ano).

Livros de História do Maranhão dão conta de que não houve o cumprimento das promessas, bem como abusos por parte da Companhia ao cobrar preços elevados pelos produtos advindos da metrópole e remunerar por baixo os preços produzidos na província, o que veio a culminar na Revolta de Beckman.

Outro momento de tensão social se deu com a Balaiada, revolta que ocorreu entre os anos

de 1838 e 1841, situação na qual a classe média se une às camadas populares do interior maranhense – vaqueiros, escravos e camponeses - contra o mandonismo dos grandes proprietários e governantes locais. Neste período o estado também sofria com a crise do preço do algodão no mercado internacional. Os “balaios” - como eram chamados os artesãos que confeccionavam cestos típicos do interior maranhense -, lutaram contra a miséria e a opressão, almejavam um governo republicano e chegaram a ocupar a cidade de Caxias. Essas tensões afloravam, de forma bastante sensível, nos discursos dos líderes sertanejos com ressentimentos manifestados nos movimentos e revoltas surgidos na região (CABRAL, 1992, p. 188).

Nota-se que a situação de pobreza e esquecimento do estado do Maranhão não é um fenômeno recente. Até meados do século XVIII, a economia centrada na subsistência, padecia, inclusive, da ausência de uma moeda em circulação. Celso Furtado nos conta sobre este cenário. Com a baixa circulação de mercadorias, o povo tinha que produzir de um tudo para trocar e sobreviver:

Em toda a segunda metade do século XVII e primeira do seguinte, os colonos do chamado Estado do Maranhão lutaram tenazmente para sobreviver. Criada com objetivos políticos, mas abandonada pelo governo português, a pequena colônia involuiu de tal forma que meio século depois, no dizer de um observador da época, "para um homem ter o pão da terra, há de ter roça; para comer carne há de ter caçador; para comer peixe, pescador; para vestir roupa lavada, lavadeira". A inexistência de qualquer atividade que permitisse produzir algo comercializável obrigava cada família a abastecer-se a si mesma de tudo, o que só era praticável para aquele que conseguia pôr as mãos num certo número de escravos indígenas. A caça ao índio se tornou, assim, condição de sobrevivência da população (FURTADO, 2005, p. 53).

Ainda assim, houve um breve período de prosperidade, que se dá durante o governo do primeiro-ministro português Marquês de Pombal, que dá novo fôlego à Companhia de Comércio ao fornecer aos lavradores meios próprios para lavoura, como escravizados, ferramentas, mantimentos, crédito para os primeiros anos de produção e promover o comércio na região (Marques, 1870 apud. ROLIM FILHO, 2020). De acordo com Celso Furtado, Pombal ajudou os colonos criando uma companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região, tradicionalmente a mais pobre do Brasil

(FURTADO, 2005, p. 66).

Essas reformas vieram em um contexto favorável, já que as colônias inglesas na América lutavam por independência e o mundo capitalista ingressava na Revolução Industrial. Neste contexto, o Maranhão se consolida como grande fornecedor da principal matéria-prima da indústria têxtil, o algodão. É nesse período que são erguidos luxuosos casarões de arquitetura portuguesa no bairro da Praia em Grande em São Luís (CABRAL, 1992).

A prosperidade não teve longo alcance, como bem destaca Mesquita (2011), reestabelecidas as relações comerciais entre América do Norte e Inglaterra e diante de outros fatores externos, a economia maranhense passa por novo processo de involução:

Tão logo se normalizem as condições externas que deram origem à inserção do Maranhão no mercado de algodão, como o fim do bloqueio continental de Napoleão e a derrota da França em 1815 para a Inglaterra, o Maranhão torna-se um fornecedor marginal desta matéria-prima. Tal condição perpassará todo o século XIX, voltando o Estado em momentos pontuais a exportar o algodão em grande quantidade, como aconteceu durante a Guerra Civil Americana na segunda metade do século XIX (MESQUITA, 2011, p. 20).

Ao contrário da frente litorânea descrita, a ocupação pastoril contou com a iniciativa particular. Os pastos naturais atraíram migrantes dos centros açucareiros do nordeste, que, seguindo os cursos dos rios, fundaram diversas cidades no interior, constituindo relações sociais muito próprias. O crescimento da população, de forma vegetativa, nas mais diversas regiões do estado, foi promovendo a criação de povoados onde a agricultura familiar se consolidou. A vida nas comunidades dependia da geração de alimentos que tinham como referência a roça no toco (queima da floresta nativa) e os quintais agrofloretais (SANTOS; GOMES, 2021).

Com a mesma simplicidade de técnicas produtivas, os grandes proprietários do Maranhão atravessam o século XIX em um cenário de extrema dificuldade em virtude da abolição da escravidão. Desse modo, se percebe a formação de um campesinato gerado pela libertação dos escravos que passam a se dedicar a uma agricultura de subsistência com base no trabalho familiar, em terras do próprio latifúndio (ALMEIDA; MOURÃO, 2017). O acesso à terra se dava mediante o pagamento da renda, geralmente uma parte da produção camponesa, o que inviabiliza um processo de acumulação direcionado às camadas mais pobres da população.

De acordo com Mesquita (2011), atividades com o açúcar e o algodão não desaparecem, sendo alterado apenas seu formato de organização, quando se instalam usinas de beneficiamento em São Luís e Caxias. Também na segunda metade do século XX, chama a atenção o extrativismo do babaçu, fruto de uma palmeira nativa de ampla ocorrência no estado, mas que também dependia do pagamento de uma parte da produção em amêndoas ao latifundiário. Com o advento da exploração deste fruto, fazendeiros cercam suas propriedades e sob esta dinâmica desigual o babaçu entra na pauta de exportações do estado, sendo exportado *in natura* para os Estados Unidos e Europa, locais de extração do óleo – subproduto de maior valor agregado (GOMES, 2023).

Já na primeira metade do século XX o desenvolvimentismo se torna parte do ideário nacional. Octavio Ianni (1979) menciona que este processo se dá pela internacionalização da economia brasileira por intermédio de empresas multinacionais. Sendo assim, para o autor, a industrialização é contraditória ao impor a substituição de importações por um lado e fomentar a indústria nacional sob a dependência de máquinas, acessórios e *know-how* estrangeiros, de outro. De todo modo, para o Estado brasileiro, a indústria aparentava ser o caminho mais curto para o crescimento econômico.

A partir de então, os planos governamentais apostaram em megaprojetos e obras de infraestrutura para aproveitamento de recursos naturais, bem como na tentativa de dirimir diferenças regionais, a exemplo da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no governo Juscelino Kubitschek. O Maranhão se integra a esses projetos sem ter passado por etapas fundamentais do desenvolvimento capitalista.

Para Mesquita (2011), o modelo econômico primário-exportador cede lugar ao padrão urbano-industrial, privilegiando os núcleos econômicos mais dinâmicos – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As transformações industriais ocorridas nestes locais, como o aumento da capacidade produtiva e a modernização de plantas industriais repercutem na competitividade de áreas como o Maranhão. Enquanto os centros dinâmicos se renovavam com pesquisa, o estado exibia os mesmos processos produtivos da época colonial.

Com a instituição do Regime Militar e implantação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, o Maranhão é impactado pelos chamados “Programas de Colonização”. Em 1971 é criada a COMARCO – Companhia Maranhense de Colonização, que estava

integrada ao Polamazônia e ao Polonordeste. No Maranhão, estes programas tinham como objetivo promover a “ocupação racional” de seu território, já que, em tese, o estado seria pobre por conta da ocorrência de imensos “espaços vazios”.

Conforme contam Almeida e Mourão (2017), o objetivo da COMARCO era dúbio ao pleitear o assentamento de famílias do Centro-Oeste do estado e orientar a implantação de projetos agropecuários. De um lado a produção familiar e do outro a pecuária intensiva - que carece de grandes extensões de terras e desarticula a produção fundamentada no trabalho familiar. Os atraentes incentivos – isenção fiscal, alienação das terras públicas e crédito subsidiado via BNDES – atingiram efeito contrário ao almejado ao agravarem conflitos e a grilagem de terras, efeito deletério o qual Barbosa (2013) denomina de “*Maranhão em negociata*”.

Agravando ainda mais o quadro, a privatização de terras públicas foi legitimada com auxílio de arcabouço jurídico mediante instituição da Lei Estadual nº 2.979 de 17 de julho de 1969 sobre terras públicas do Maranhão, mais conhecida como “Lei Sarney de Terras” (ALMEIDA; MOURÃO, 2017). José Sarney (governador do Maranhão entre os anos 1966 e 1970) possui uma extensa lista de cargos públicos, que o ajudaram a manter sua influência e de familiares por décadas a fio. Como é de conhecimento de muitos maranhenses, sua família é dona de um vasto patrimônio que inclui a empresa de comunicação afiliada à rede globo, grupo Mirante (rádio e TV) e do jornal “O Estado do Maranhão”; o que certamente contribui para a desinformação que circula na região.

O mercado regional promovido pela referida lei, ao disponibilizar terras públicas para grupos econômicos, passa a formar sociedades anônimas com áreas de 20.000 a 100.000 hectares (BARBOSA, 2013). A relação interempresas é fortemente articulada, já que os interesses da indústria madeireira na região tocantina articularam-se com os interesses dos pecuaristas e grandes proprietários que se beneficiaram amplamente dos incentivos fiscais e das redes oficiais e particulares de crédito rural através dos projetos de colonização e políticas de assentamento com suas linhas de créditos especiais (BARBOSA, 2013).

Com o esgotamento do chamado “Milagre Econômico”, novamente o Maranhão é convocado a se integrar aos ditames do capital, desta vez via Programa Grande Carajás, que geraria a riqueza necessária para que o Brasil alcançasse o *superávit* da balança de

pagamentos. O objeto de interesse de grandes empresas no Maranhão se dava por conta de sua localização privilegiada e disposição do Porto do Itaqui<sup>[3]</sup>, que pode proporcionar uma redução de dez dias no alcance dos Estados Unidos e Europa em relação a outros portos do país (uma economia calculada em 350 mil dólares). O Itaqui é também porta de saída para a produção dos estados da Bahia, Piauí e Tocantins, com uma carteira de exportações composta, principalmente por soja, ferro gusa, combustíveis e óleos minerais (BURNETT, 2015).

Nos anos 1990, o neoliberalismo traz em seu bojo mais precarização, com planos de demissão e terceirizações, reduz a quantidade de postos de trabalho e retira do campo aqueles que ainda conseguiam se manter da agricultura familiar:

A dinâmica antes dada pela agricultura familiar se deslocará para o agronegócio (soja, eucalipto e pecuária), as fontes governamentais de financiamento estendem sua prioridade aos cerrados do Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí. O resultado é uma avalanche de produtores “modernos” em segmentos do campo maranhense, com destaque para o plantio em grande escala de soja e eucalipto, ambos voltados para atender a uma demanda externa por *commodities* (grãos e minérios) induzida, sobretudo, pelo forte crescimento da China nos últimos 20 anos (MESQUITA, 2011, p.24).

Adiante, quando da análise dos *cases* VALE e ALUMAR, se verificará que o esquema produtivo fundamentado na exportação de *commodities* passa a assumir um papel estratégico irreversível na economia nacional, reafirmando a tese de que o Maranhão ocupa uma posição periférica na economia global.

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão padece de uma contradição central: crescimento econômico e os piores indicadores sociais do país. Integrado à divisão internacional do trabalho por meio da exportação de *commodities*, tornou-se extremamente dependente de ciclos internacionais. O “desenvolvimento” sem equidade e em concentração espacial no entorno da capital do estado se apresenta como um modelo econômico incapaz de disseminar trabalho e renda para a maioria da população (BURNETT, 2015).

Na concepção do sistema-mundo, estar integrado às cadeias globais de produção não implica desenvolvimento. Importa observar que “o aumento da oferta mundial de alimentos e

de matérias-primas foi acompanhado do declínio dos preços desses produtos, relativamente aos preços alcançados pelas manufaturas” (MARINI, 2000). Exemplo disso seria a queda internacional nos preços de alguns grupos de *commodities* no ano de 2023. De acordo com informações do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC, 2023), tiveram queda significativa de preços: os fertilizantes (-34,9%), as commodities energéticas (-29,9%), os produtos metálicos (-9%) e agrícolas (-7,2%). Ainda assim, alinhado ao crescimento do PIB nacional que alcançou a marca de R\$10,9 trilhões em 2023, a economia maranhense só cresce.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021, o PIB maranhense foi de R\$124,981 bilhões, com variação real positiva de 6,2% em relação ao ano anterior. O Maranhão conquistou a sétima variação real positiva do país, garantindo um crescimento maior que o Brasil (4,8%) e alguns estados, à frente de Minas Gerais (+5,7%), São Paulo (+4,7%), Rio de Janeiro (+4,4%) e do Distrito Federal (+3,0%). Em comparação aos estados do Nordeste, o Maranhão apresentou o segundo maior crescimento, atrás apenas de Alagoas (+6,3%) (IMESC, 2023). Conforme demonstra a tabela a seguir, de 2010 a 2021, houve tendência de crescimento:

**Tabela 1** – Brasil, Nordeste e Maranhão: PIB, pela ótica da produção, a preços correntes (R\$ 1.000.000) – 2010 a 2021

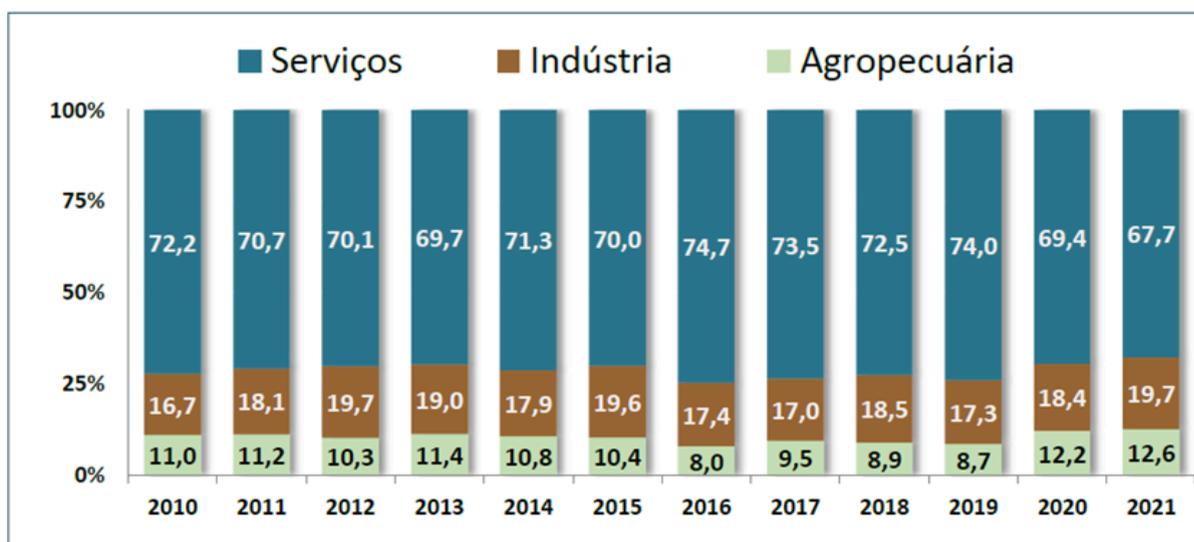
Produto Interno Bruto a preços correntes (valores em R\$ 1 000 000)			
Ano	Brasil	Nordeste	Maranhão
2010	3.885.847	522.769	46.310
2011	4.376.382	583.413	52.144
2012	4.814.760	653.067	60.490
2013	5.331.619	724.524	67.695
2014	5.778.953	805.099	76.842
2015	5.995.787	848.579	78.476
2016	6.269.328	898.362	85.310
2017	6.585.479	953.429	89.543
2018	7.004.141	1.004.827	98.179
2019	7.389.131	1.047.766	97.340
2020	7.609.597	1.079.331	106.916
2021	9.012.142	1.243.103	124.981

Fonte: IMESC

Analisando a contribuição de cada setor ao valor adicionado bruto, percebe-se que a economia local tem se concentrado no setor de comércio/serviços e não em cadeias produtivas mais amplas e complexas. O gráfico 1 demonstra a evolução da contribuição de cada setor

para a economia do Estado:

**Gráfico 1** - Evolução da contribuição de cada setor para o Valor Adicionado Bruto



Fonte: IMESC

Conforme levantado, o processo de industrialização veio a atender interesses da classe dominante em um esquema de modernização conservadora. O estado deveria passar pela industrialização de qualquer forma, sem o devido planejamento e participação popular. Arrighi (1997) questiona o uso do termo desenvolvimento como sinônimo de “industrializado”, haja vista a desindustrialização de países centrais e industrialização de países periféricos. Assim como no caso do Maranhão, industrialização não é condição única para a melhoria das condições de vida da população.

Para Arrighi, haveria sim, uma apropriação desproporcional dos benefícios da divisão internacional do trabalho por parte dos países centrais, ao passo que a maioria dos outros Estados colhe apenas os benefícios que são necessários para manutenção da troca desigual (impostos, reeleição e alienação). Sendo assim, regiões periféricas e semiperiféricas podem, então, concentrar aspectos atrasados e avançados em seu processo de desenvolvimento econômico - ilhas de pobreza e riqueza, em um esquema de desenvolvimento desigual e combinado.

De acordo com o IMESC (2024), no ano de 2023, as exportações maranhenses totalizaram

US\$5,5 bilhões e o Maranhão foi o segundo estado do Nordeste com maior valor exportado, atrás apenas da Bahia. Apesar disso, houve uma queda de US\$257,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Ainda de acordo com o órgão, essa queda ocorreu devido ao complexo do alumínio, que exibiu redução na quantidade (-18,0%) e no valor exportado (-15,5%, equivalente a US\$212,4 milhões). A Tabela 2 demonstra que os principais itens da pauta de exportações do Estado são gêneros agrícolas e matérias-primas, a serem utilizados na produção de derivados de maior valor agregado em regiões de melhor desempenho industrial:

**Tabela 2** – Principais produtos exportados nos anos de 2022 e 2023.

Complexos e produtos	2022		2023		Variação (%) 2023/2022		Var. Absoluta
	US\$ milhões	Kg milhões	US\$ milhões	Kg milhões	Valor	Quant.	US\$ milhões
<b>Total Exportado</b>	<b>5.738,0</b>	<b>14.635,1</b>	<b>5.480,6</b>	<b>14.859,7</b>	<b>-4,5</b>	<b>1,5</b>	<b>-257,4</b>
Complexo Alumínio	1.367,8	3.633,3	1.155,4	2.979,3	-15,5	-18	-212,4
Complexo Soja	2.003,1	3.468,1	2.182,6	4.207,2	9	21,3	179,5
Complexo Celulose	740,4	1.731,6	622,3	1.598,0	-16	-7,7	-118,1
Complexo Ferro	665,5	3.615,3	492,3	3.512,9	-26	-2,8	-173,1
Complexo Milho	571,6	2.063,3	594,9	2.443,8	4,1	18,4	23,4
Complexo Ouro	173,3	0,0	225,5	0,0	30,1	20,7	52,2
Complexo Algodão	115,0	48,7	79,0	42,0	-31,3	-13,7	-36,0
Complexo Proteína Animal	30,2	7,7	31,3	8,1	3,4	5,2	1,0
Outros Complexos	71,1	67,0	97,3	68,4	36,9	2,2	26,2

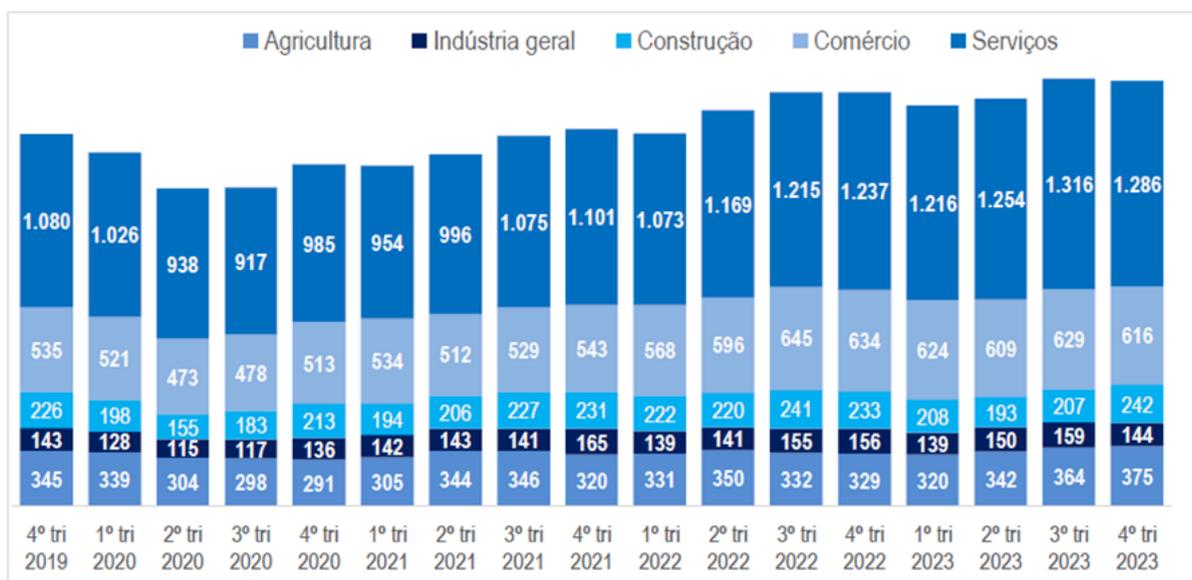
Fonte: IMESC com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O principal destino das exportações maranhenses em 2023 foi a China, com participação de 33,3% no valor total exportado pelo estado, seguido pelo Canadá (17,1%), pelos Estados Unidos (8,6%), pela Espanha (5,6%) e pela Coreia do Sul (4,6%). Ressalta-se que a China comprou 75,1% da soja que foi vendida pelo Maranhão em 2023. Já as importações maranhenses somaram US\$4,9 bilhões em 2023. O país que mais exportou para o Maranhão foram os Estados Unidos (32%), seguidos pela Rússia (17,2%) e Holanda (8,3%). Destaca-se que cerca de 44,7% do diesel adquirido pelo Maranhão em 2023 foram oriundos dos Estados Unidos (IMESC, 2023).

Sob a ótica da renda, dados do IMESC dão conta do aumento do emprego no último trimestre de 2023, com uma redução de 1,2 p.p. na taxa de desocupação em relação ao mesmo período do ano anterior, ou 7,2% de taxa de desocupação. Com 2,87 milhões de pessoas integradas à força de trabalho, os setores que mais contribuíram para o incremento são

agricultura, serviços e construção. Já a indústria é o setor que menos emprega no Maranhão, conforme evidencia o gráfico a seguir:

**Gráfico 2** – Maranhão: ocupação por setores econômicos, valores em mil pessoas, de 2019 a 2023



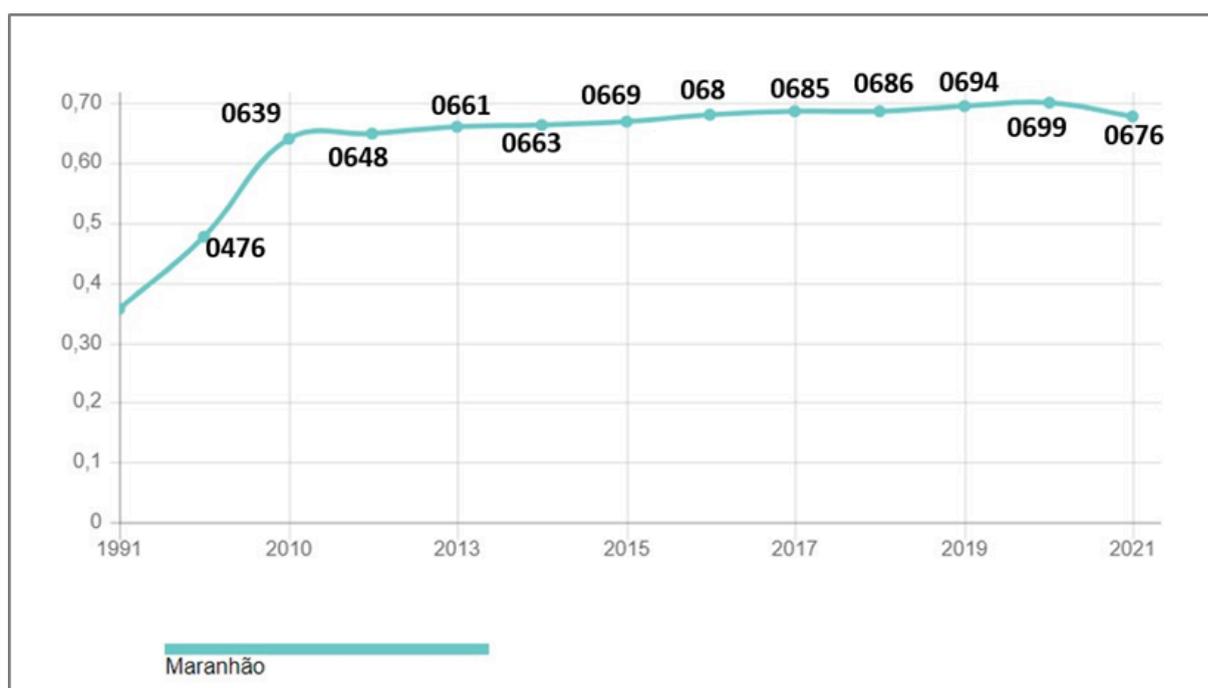
Fonte: IBGE; IMESC

O rendimento nominal mensal domiciliar per capita do estado é de R\$ 945,00 (IBGE, 2023), menor valor entre todos os estados da federação e menos da metade da renda *per capita* do Distrito Federal, primeiro lugar no ranking nacional. Para Fanjzylber, (1992 apud PAIVA, 2005), o desenvolvimento ideal seria aquele que se manifesta com equidade: vinculação existente entre o desenvolvimento tecnológico e o dinamismo produtivo, em consideração à importância da competitividade internacional e baseada no progresso técnico para o crescimento. No caso do Maranhão, o processo histórico marcado por decisões governamentais que contribuíram decisivamente para a trajetória econômica do Estado (*embeddedness*), como o total abandono da população rural que, ainda nos dias de hoje se utiliza de técnicas de trabalho precárias; e, mais recentemente, por meio da integração desigual ao mercado internacional, têm contribuído para a permanência dos baixíssimos indicadores sociais do estado, a exemplo do IDH.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo

prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. De acordo com o IBGE, o IDH do Maranhão foi de 0,676 em 2021, ocupando o último lugar do *ranking* em comparação com os demais estados da federação. No gráfico 02 demonstra-se que nos últimos 20 anos, o IDH do estado se manteve entre 0,600 e 0,699, faixa média de desenvolvimento (Atlas do Desenvolvimento, 2024).

**Gráfico 3** – Evolução do IDH do estado do Maranhão (1991-2021)



Fonte: adaptado de IBGE.

De maneira ampla, a situação de pobreza ocorre quando a população não consegue satisfazer às suas necessidades básicas em termos de acesso a bens e serviços: saúde, educação, habitação, transporte, etc. (Rocha, 2006). Amartya Sen – prêmio Nobel em Economia no ano de 1998 - pressupõe a pobreza enquanto fenômeno multidimensional ao abordar as capacidades (*capabilities approach*), com foco no bem-estar social. Nessa abordagem, o indivíduo é considerado pobre não por ser privado de um determinado bem, mas por estar incapacitado de possuí-lo (Sen, 2000 apud. DER MAAS *et. al.* 2022). A Organização das Nações Unidas classifica uma situação de extrema pobreza como a condição em que uma pessoa vive com menos de US\$2,15 por dia (aproximadamente R\$11,00). O Maranhão é o estado que concentra a maior quantidade de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010), 23 cidades do Maranhão estão entre as 100 cidades do Brasil com pior IDH. Dentre as 200 cidades brasileiras com melhor IDHM, nenhuma é maranhense. Dos 217 municípios maranhenses, 70 municípios possuem IDH baixo (inferior a 0,555). São Luís, capital do estado, aparece em 249º lugar no ranking nacional, com IDH de 0,752. De acordo com informações do IBGE, no ano de 2022, o índice de extrema pobreza atingiu mais de 15% da população.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD contínua de 2021 - indica que o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) na rede pública de ensino pontuam em 4,7 nos anos iniciais e 4,2 nos anos finais do ensino fundamental. No ensino médio a nota fica em 3,5, figurando, nas três categorias, nas últimas colocações no ranking nacional. A taxa de analfabetismo no estado atinge 15% da população com 15 anos ou mais, ou seja, 772,3 mil pessoas não sabem ler e nem escrever (IBGE, 2022).

A taxa de mortalidade infantil no ano de 2022 ficou em 15,32 óbitos para cada mil nascidos vivos, o que aproxima o Maranhão da média nacional de 12,59. Vale destacar que houve uma redução significativa em comparação ao censo 2010, que era de 28 óbitos a cada mil nascidos vivos. Ainda assim, a expectativa de vida do maranhense ainda é a mais baixa entre todos os estados brasileiros, sendo de 71,9 anos, menor que a expectativa nacional – 76,9 anos – e distante da primeira colocada, Santa Catarina, com 80,4 anos de expectativa de vida.

O Maranhão, apesar de ter apresentado melhorias importantes a partir da segunda metade dos anos 2010, ainda carece de medidas estruturantes com vistas ao longo prazo para que não permaneça estacionado no estado de penúria ante os outros estados da federação. Conforme exposição acima e sob a perspectiva do sistema-mundo, o Maranhão tem contribuído para uma distribuição espacial de excedentes, da periferia para o centro. Para melhor compreender essa dinâmica, examinaremos a seguir dois parques industriais instalados no Maranhão - exportadores de minério e alumínio - mercadorias importantes na manufatura de itens de maior valor agregado.

### **PROGRAMA GRANDE CARAJÁS E VALE S.A.**

Criada no Governo Vargas no ano de 1942, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

nasceu como uma empresa estatal ligada a interesses internacionais, isto porque, desde a primeira década do século XX, investidores estrangeiros intentavam a exploração mineral no estado de Minas Gerais. Este grupo empresarial criou a *Brazilian Hematite Syndicate*, transformada em *Itabira Iron Ore Company*, com a intenção de exportar 10 milhões de toneladas de minério por ano para os Estados Unidos (COELHO, 2015).

Entretanto, o então presidente da República, Getúlio Vargas, tinha a intenção de implantar uma indústria de base no país, onde o governo passou a constituir diretamente grandes empresas estatais: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (ARAUJO, 2011).

Para viabilização da CVRD foram firmados os *Acordos de Washington*, com a maior parte dos investimentos na empresa sendo de origem britânica e norte-americana. Recebendo financiamento estrangeiro para aquisição de máquinas, a empresa assumia o compromisso de vender toda a sua produção para a Inglaterra e Estados Unidos a preços abaixo dos praticados no mercado (COELHO, 2015). De acordo com Ribeiro Junior e Marinho (2013), é importante destacar que a estruturação do complexo da Vale representa o projeto nacional-desenvolvimentista cujo fomento da industrialização seria o responsável por solucionar os problemas de ordem econômica, social e política.

Passando por forte integração ao mercado internacional sob o comando de Eliezer Batista, a mineradora expandiu suas operações, adquiriu diversas empresas e ampliou o portfólio. Com o aumento da demanda após a Segunda Guerra e beneficiando-se do chamado *boom das commodities*, a empresa que atualmente é apenas VALE (nome global), figura com uma das maiores mineradoras do mundo e já bateu o recorde de 121 bilhões de dólares de lucro líquido em um único ano<sup>[4]</sup>. Atualmente, a VALE S.A. realiza exploração mineral em 22 países e está presente em 38 (COELHO, 2015). No último ano, 2023, com base em informações divulgadas no Demonstrativo de Resultados da Empresa, o lucro líquido da companhia ficou em aproximadamente 8 bilhões de dólares.

No Maranhão, a atuação da mineradora se deu por meio do Programa Grande Carajás: projeto de extração mineral em uma extensa área do meio-norte brasileiro, concebido durante o regime militar com o intuito de resolver os problemas do endividamento externo do país (BARBOSA, 2013). O ambicioso projeto era parte integrante do II Plano Nacional de

Desenvolvimento – PND (1975-1979). De acordo com Burnett (2015), a partir do Plano, uma vasta porção do território do Maranhão passou a ser incorporado ao sistema econômico nacional, via Programa Grande Carajás, objeto de interesse do governo brasileiro desde o final dos anos 1950.

Com investimentos vultosos, coube ao estado brasileiro amortecer os riscos do megaprojeto que tinha por objetivo extrair minério da região da Serra dos Carajás em Parauapebas no Pará com destino ao Porto da Ponta da Madeira, na capital do Maranhão. De acordo com Wallerstein (2001), os governos redistribuem os interesses dos ricos quando usam o princípio da socialização dos riscos e da individualização dos lucros. Ou seja, quanto maiores os riscos e possibilidades de perdas, mais provável se torna a entrada dos governos nas operações. Com Carajás não foi diferente.

O Decreto Lei 1.813 instituiu uma série de incentivos fiscais e tributários para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, isto porque:

Apenas para implantação do Projeto Ferro Carajás (um dos pilares do PCG), o montante para construção da moderna estrutura ferrovia e Porto foi da ordem de US\$1.500 milhões negociado com o Banco Mundial, Comunidade Econômica Europeia, Japão e Alemanha ocidental. Ao Estado brasileiro coube o ônus de assumir os riscos de financiamento junto a estas fontes financiadoras. Para esta negociação o aval do Estado foi de fundamental importância para a criação da infraestrutura global avaliada em US\$3.700 bilhões (BARBOSA, 2013, p. 122).

Em 1983 foram concluídas as obras de infraestrutura do Complexo Grande Carajás, incluindo a implantação do Porto da Ponta da Madeira (porto privativo) em São Luís e da Estrada de Ferro Carajás, entregue com a presença do então presidente da república João Figueiredo. A EFC conta com 892 quilômetros de extensão e capacidade para transportar 35 milhões de toneladas de minério por ano. O trem da EFC é composto por 330 vagões e tem 3,5 quilômetros de extensão (COELHO, 2015). A ferrovia corta 25 localidades, sendo 21 só no Maranhão. (Silva, 2011, apud. RIBEIRO JÚNIOR e MARINHO, 2013).

A Amazônia Mineração – AMZA , subsidiária da CVRD –, se instalou em São Luís em 1970, sendo responsável pela movimentação inicial da exportação de Carajás. Coube a ela também a desapropriação da área Itaqui-Bacanga, destinada às atividades ferrovia-porto, região localizada a apenas 11 km do centro de São Luís. De acordo com Barbosa (2013), a área em questão abrange cerca de 2.221 hectares e foi cedida sob o regime de aforamento à

Amazônia Mineração pelo governo federal. A AMZA tinha como competência promover desapropriações de terras, indenizar as benfeitorias das áreas ocupadas e, obviamente, reprimir qualquer tentativa de resistência (decreto 82.242, de 11 de maio de 1978).

Burnett (2015) assegura que o programa configurou uma nova etapa na transnacionalização dos recursos naturais brasileiros, tendo no Porto do Itaqui um novo elo de conexão do país com as economias centrais. Ademais, vários empreendimentos industriais se instalaram ao longo da Estrada de Ferro Carajás, desencadeando conflitos de terras e remoção de comunidades rurais de suas localidades. A região impactada pelo projeto ficou conhecida como “corredor de exportação”.

Com a promessa de geração de empregos e pela própria dependência nacional de atividades mineradoras, o governo do Maranhão se rende diante da grandiosidade da empresa. Nos anos 1990, com o cenário das privatizações e assimilação do preceito neoliberal de estado-mínimo, a VALE S.A. tem apostado na terceirização e redução do quadro de funcionários. Em lugar do Taylorismo/Fordismo, entra em cena o Toyotismo e a superexploração, dada a sua instalação em localidades carentes com imensa oferta de mão-de-obra.

De acordo com Milanez e Losekan (2016), trabalhadores terceirizados não possuem vínculo empregatício com as grandes mineradoras, mas com suas contratadas ou subcontratadas. São submetidos a contratos de trabalho precários, sendo-lhes impostas condições laborais ainda mais inseguras, instabilidade empregatícia e salários inferiores. O que nos remete a noção de superexploração, proposta por Marini (2000), que se assenta no fato de que a força de trabalho se remunere sempre por baixo de seu valor real (MARINI, 2000, p. 160).

De acordo com Furtado (2005) a dependência também é cultural, e neste sentido a VALE S.A. - que já foi eleita a pior empresa do mundo em 2012<sup>[5]</sup> – utiliza de diversos artifícios para converter a opinião pública a seu favor. Usando o mote da sustentabilidade, a empresa promove o acesso da população ao Parque Botânico da instituição, uma área de 100 hectares na capital. Ironicamente, de acordo com a Rede do Monitoramento da Qualidade do Ar (RAMQAr), São Luís apresenta índices críticos de poluentes no ar, o que tem contribuído para o aumento no número de mortes por doenças respiratórias na cidade.

No Maranhão, a Vale também apoia projetos culturais e educacionais, bem como realiza convênios com universidades públicas e privadas para composição de seu quadro de estagiários e *trainees*, o que colabora para que - num estado com opções laborais escassas -, trabalhar na Vale ainda seja o sonho de muitos jovens do interior e da capital. Para Wallerstein (2002), a própria possibilidade de mobilidade individual ascendente, que os Estados Unidos como país promoveram e institucionalizaram e o resto do mundo tem adotado, é um dos instrumentos mais eficazes para se manter a sociedade meio escrava e meio livre (WALLERSTEIN, 2002, p. 203).

Celso Furtado (Furtado, 1978, apud. AREND, *et. al.* 2019) sugere que a divisão internacional do trabalho, responsável pelo enclave periférico de um tipo regressivo de especialização econômica, desarticula o progresso técnico e extrai o potencial do excedente periférico, sedimentando-se sob a forma de constrangimentos cognitivos, ou seja, sob a forma da dependência cultural. A simpatia pela VALE, empresa presente no cotidiano dos maranhenses, seria um bom exemplo de dependência cultural, o que gera *lock-ins* de difícil transposição.

Outro ponto em comum entre teoria de sistemas-mundo e o campo de atuação da Vale no Maranhão se refere às relações estabelecidas entre empresa e Estado, mas que também pode ser compreendido sob o ponto de vista do institucionalismo. De acordo com Douglas North (2018), são as instituições que definem as “regras do jogo” ao tentarem reduzir os custos e riscos dos contratos, sendo assim, o Estado seria o responsável pela manutenção e cumprimento das regras formais. Em complemento, Williamson (1993) percebe a fragilidade dos acordos e o comportamento oportunista dos agentes como astúcia na prossecução dos próprios interesses.

Desde sua fundação, até os dias atuais, a VALE tem se usado de alianças com setor público e privado na busca de vantagens. A mineradora paga uma compensação financeira ao Estado pela exploração mineral, a CFEM, com alíquota de 3,5%, dividida entre União, estados e municípios. O órgão regulador é a Agência Nacional de Mineração (LEI Nº 13.540 de 2017).

De acordo com informações do site da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), no ano de 2019, pelo menos 31 municípios do estado do Maranhão afetados pelas

atividades de mineração seriam contemplados com o pagamento de compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM) naquele ano. Os recursos dos *royalties* da mineração acumulados somaram R\$102.830.075,54, a serem divididos entre cidades do Consórcio Intermunicipal Multimodal (25 cidades do Maranhão e o município de Bom Jesus do Tocantins, do estado do Pará). De todas as cidades com atuação da Vale, a única com IDHM considerado elevado é São Luís, contra quatro cidades de IDHM baixo e 26 de IDHM médio<sup>[6]</sup>.

Portais de notícias do estado dão conta de casos de desvios e mau uso da CFEM. O próprio consórcio vem sendo acusado de ser um foco de corrupção. De acordo com a associação Justiça nos Trilhos, o Ministério Público do Maranhão (MP-MA) ingressou, em 2019, com seis denúncias contra envolvidos em fraudes em licitações realizadas no período de 2013 a 2016, na Prefeitura de Itapecuru Mirim (MA). Segundo o MP, a organização criminosa era chefiada pelo ex-prefeito, que teria desviado R\$27 milhões de recursos públicos, incluindo a CFEM. Já em Açailândia (MA), o problema é a falta de transparência. Em 2019, primeiro ano em que Açailândia passou a receber o recurso, foram repassados R\$25,6 milhões, a utilização dos recursos da CFEM, no entanto, não foi disponibilizada no portal da transparência da prefeitura, mas englobada de forma genérica na rubrica “Recursos Ordinários”. Isso faz com que a análise seja baseada nas despesas vinculadas à essa fonte geral, prática que já mostra a administração municipal pouco comprometida em ser cobrada pela aplicação adequada dos recursos (Castro, 2021, apud. Justiça nos Trilhos).

A possível anuência da Vale nos casos supra e o descumprimento de acordos na concessão de contrapartidas nas comunidades carentes impactadas pelos trilhos da EFC, seriam apenas algumas das condutas antiéticas de uma empresa que vem sendo acusada de realizar manobras para sonegar impostos<sup>[7]</sup> e que também é lembrada pelas duas maiores tragédias ambientais do Brasil, em Mariana e Brumadinho, com 19 e 270 vítimas fatais, respectivamente.

#### **ALUMAR S.A.**

O Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.- ALUMAR, assim como a CVRD, chega ao Maranhão na esteira do Decreto 1.814, de 24 de novembro de 1980, que instituiu um regime

especial de incentivos tributários e financeiros para os empreendimentos compreendidos no Programa Grande Carajás. De acordo com informações da empresa, a ALUMAR é um complexo industrial composto pela refinaria de alumina, redução de alumínio, porto e parque ambiental. O Consórcio é constituído por empresas multinacionais, cada uma delas com participações distintas nas duas fábricas. Na área de produção de alumina (refinaria), o Consórcio é composto pela Alcoa (empresa norte-americana - 54%), South32 (empresa de origem australiana - 36%) e Rio Tinto (conglomerado anglo-australiano - 10%). No setor de produção de alumínio (redução), conta com a participação da Alcoa (60%) e South32 (40%).

A localização da fábrica foi escolhida por ser de potencial estratégico, apresentando vantagem portuária e grande suprimento de energia da Usina de Tucuruí (FARIAS; FONTGALLAND, 2021). Apesar da oposição de ambientalistas que temiam os efeitos nocivos da indústria pesada na ilha, o porto do complexo entrou em operação em janeiro de 1983. Barbosa (2013) nos fornece detalhes importantes quando do início da operação da multinacional:

No caso do governo do Estado, este doou para a ALCOA cerca de 11% de toda área física da Ilha de São Luís, o correspondente a 90.000<sup>[8]</sup> hectares. A multinacional americana também se apropriou de 57% de toda área tipicamente rural do distrito industrial do município. Somente para a instalação da ALCOA foram destruídos em São Luís 17 povoados e efetuadas 20.000 ações de despejo com indenizações irrisórias e farta truculência da polícia militar. As famílias, na sua grande maioria de pescadores e pequenos agricultores, perderam suas moradias e atividades tradicionais sendo removidos para localidades distantes sem qualquer infraestrutura (BARBOSA, 2013, p. 124).

Com um parque industrial moderno em um estado periférico, a ALUMAR não encontrou a disponibilidade de mão-de-obra necessária, havendo a necessidade de migração de profissionais de outras regiões, especialmente sul e sudeste, e, posteriormente, através de treinamento da força de trabalho local via SESI, SENAC e CEFET (antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão) na década de 80 (COSTA, 2003).

De acordo com Tavares (1998) o excedente de mão-de-obra rural, apesar de determinar uma oferta “elástica” de mão-de-obra, não fixa o patamar mínimo do salário, apenas impede a elevação do salário monetário de acompanhar os incrementos de produtividade, favorecendo as margens crescentes de lucros. Portanto, com a oferta elástica de um exército de trabalhadores, e após o fenômeno das terceirizações, a ALUMAR obteve ainda mais

vantagens na apropriação de excedentes.

No ano de 2014, a empresa anunciou a demissão de 500 funcionários em virtude da redução de 85 mil toneladas da sua capacidade de produção de alumínio primário em São Luís. A justificativa da empresa para a medida foram as condições do mercado global e o aumento de custos de suas operações, que deixaram de ser competitivas. A produção de alumínio na redução foi retomada somente em 2022, o que evidencia o quanto os funcionários estão à mercê da flutuação dos preços da *commodity* no mercado internacional. Informações da própria empresa dão conta de que toda a produção na refinaria é computadorizada, garantindo eficiência e produtividade, o que acaba por reduzir o quantitativo de funcionários.

Para se ter uma noção da complexidade das operações da ALUMAR, utilizando informações concedidas pela própria empresa, na refinaria, é realizada a transformação da bauxita em alumina, matéria-prima pronta para ser comercializada ou enviada para a fabricação do alumínio na redução. Atualmente, a capacidade de produção de alumina é de 3.850.000 toneladas por ano. Já o porto privativo da ALUMAR, situado na confluência do Estreito dos Coqueiros com o Rio dos Cachorros, na Baía de São Marcos, possui dois berços de atracação, com capacidade para operar navios com até 83 mil toneladas de porte bruto e com cerca de 59 mil toneladas de carga. O Porto movimentava, anualmente, cerca de 15 milhões de toneladas e é a via de entrada das principais matérias-primas utilizadas nas produções da refinaria e da redução: bauxita, soda cáustica, carvão, coque, óleo combustível e piche.

No ano de 2009, a multinacional expandiu as atividades da refinaria, investindo US\$2.7 bilhões, elevando a capacidade de produção de 1.5 para 3.5 milhões de toneladas. Esse projeto, tido como um “*novo momento no Norte e Nordeste do Brasil rumo à emancipação econômica*”<sup>[9]</sup>, contou com financiamento suplementar do BNDES no valor de R\$ 950 milhões em 2009, momento em que já havia um financiamento aprovado no valor de R\$ 1,15 bilhões desde o ano de 2007.

Costa (2003) credita o aumento das exportações no Maranhão às atividades da ALCOA, porém considerando que critérios técnicos como incremento do PIB não retratam a situação de exploração de uma economia periférica pelas economias centrais, diante de sua posição de subordinação no sistema internacional.

Outro ponto a se destacar são os impactos ambientais e sociais gerados pelas atividades da ALUMAR, o que se observa na cidade de São Luís é que a tradicionalidade vista em povoados como Boqueirão, Cajueiro, Camboa dos Frades, Rio dos Cachorros, Taim, Porto Grande e na Vila Maranhão, está se perdendo pela política de deslocamento compulsório, desterritorialização e pela falta de incentivos às atividades rurais (ALVES, 2014 apud. Ferreira et.al, 2024).

Assim como a VALE, a ALUMAR também faz uso do mote da sustentabilidade em suas campanhas publicitárias a despeito do comprometimento do ecossistema nas áreas adjacentes à localização do megaempreendimento que se dá pelo despejo de resíduos sólidos e criação de lagos de lama vermelha, além da mistura de emissões gasosas, resultando em ácido sulfúrico, comprometendo os recursos hídricos e as espécies animais e vegetais da área (COSTA, 2003). No ano de 2023, a ALUMAR instalou e testou sirenes em três comunidades nas imediações da empresa como parte integrante de um Plano de Ação de Emergência, já que no local situa-se um imenso depósito de bauxita.

De acordo com o IMESC (2023), a ALUMAR investiu R\$957 milhões na retomada da produção de alumínio em 2022, depois de sete anos de paralisação. A empresa estimou o alcance da máxima capacidade de produção com 477 mil toneladas métricas por ano já em 2023. A ALUMAR informa que o investimento gerou cerca de 2.500 empregos (diretos e indiretos). A empresa também pretende realizar novos investimentos, com alocação de R\$ 2 bilhões dedicados a obras de melhoria e modernização da produção, de modo a ser realizada com energia 100% renovável.

## **PRINCIPAIS CONCLUSÕES**

A teoria de sistema-mundo divide a economia global em estratos que tem como característica marcante relações de dependência e interdependência, sobretudo em um mundo cada vez mais integrado. Ao analisar o (sub)desenvolvimento não é possível fazê-lo em separado do contexto nacional e global, e foi neste sentido que este artigo se propôs a analisar qual seria a posição do estado do Maranhão nesta hierarquia.

Ciente de que a economia capitalista é um jogo de troca desigual, e de que as regiões não podem se desenvolver em simultâneo, algumas localidades parecem eternamente estacionadas na periferia: regiões inseridas na divisão internacional do trabalho mediante exportação de

primários, em especial alimentos; fenômeno constatado no Maranhão. Identificadas as principais categorias de análise da teoria de sistema mundo – *História, Sistemas Interestatal e Interempresas e Divisão internacional do trabalho* –; as principais conclusões que se chega sobre a questão do Maranhão podem ser divididas nos seguintes tópicos:

a) Forjado na expropriação e violência, bem como no abandono do Estado português, o Maranhão contou com fatores exógenos para atingir momentos pontuais de crescimento econômico. Suas frentes de ocupação firmaram uma cultura voltada para pecuária extensiva, extrativismo e agricultura familiar, enquanto não percebia incentivos financeiros para o desenvolvimento de cadeias produtivas mais dinâmicas. Ao adentrar atrasado em relação aos outros estados da federação no processo de circulação capitalista, o Maranhão não consegue obter o dinamismo necessário à acumulação, permanecendo, assim, dependente de políticas nacionais, a exemplo do Programa Grande Carajás durante o regime militar.

b) Historicamente fragilizado, o Maranhão foi alvo de políticas governamentais desfavoráveis. O desgaste do “Milagre Econômico” e a reestruturação produtiva oriunda da crise do fordismo e do estado de bem-estar social, preconizava a internacionalização do capital mediante instalação de plantas industriais estrangeiras nos países subdesenvolvidos. Descobertas as vantagens estratégicas do meio norte do país, como as reservas de minério de ferro na Serra dos Carajás e das ótimas condições portuárias do Maranhão, a região é posta como tábua de salvação durante a crise da dívida externa. Neste sentido, conclui-se que o Estado brasileiro e o Governo local foram determinantes para que o Maranhão continuasse a reproduzir baixíssimos indicadores sociais.

Sob o ponto de vista do sistema interempresas, conforme vimos no texto, as empresas que se instalaram no estado a partir dos anos 50 firmaram alianças para que continuassem obtendo lucros, eliminando empresas locais e os saberes tradicionais da região. Os incentivos estatais foram direcionados a setores com grandes barreiras de entrada em virtude do investimento inicial - como siderurgia, agronegócio, pecuária, entre outros - em um estado reconhecidamente pobre, o que contribuiu para que se concretizasse a remessa de lucros, da periferia para o local de origem desses empreendimentos. Também não houve uma política sólida de incentivo às vocações locais, a exemplo do aproveitamento integral do coco babaçu.

No caso da modernização logística do estado, notamos os atores que se beneficiam de

acordos entre capital privado e governo – pecuaristas, usineiros, latifundiários e políticos locais. A relação insumo-produto favorece toda uma cadeia de fornecedores que tem como característica marcante a concentração de renda e a geração insuficiente de postos de trabalho para a população pobre que se encontra à margem dos grandes enclaves.

c) Quanto a divisão do trabalho, foi possível perceber que, em um estado com déficits alarmantes de educação nos anos 80-90, até mesmo a mão-de-obra teve de ser importada de outros estados para ocupação dos cargos das grandes empresas do Programa Grande Carajás, reafirmando a tese de Marini quanto a superexploração do trabalho e extração de mais-valia da periferia para o centro. Ademais, conforme exposto no tópico 3, a indústria maranhense é o segmento que menos gera emprego na região.

Por fim, outro ponto secundário, mas não menos importante, compreende a dependência cultural, já que os moradores locais dependem em alguma medida das grandes empresas ali instaladas, seja no transporte de passageiros da EFC, no acesso ao jardim botânico da Vale ou na expectativa de alocação no mercado de trabalho. Para boa parte dos maranhenses, a presença de empresas de caráter rentista e de origem por muitos desconhecida, é tida como algo natural, sobretudo para as novas gerações, já que “sempre foi assim”. Ao promover a desarticulação de comunidades tradicionais, essas grandes empresas impactam no não aproveitamento da criatividade local, gerando aprisionamento tecnológico (*lock-ins*) de difícil superação.

Reafirma-se, portanto, que o Maranhão é um estado brasileiro dependente e periférico, que não consegue controlar o acesso aos recursos estratégicos sob sua jurisdição e é dependente da atuação do governo federal para que desfrute de algum benefício com vistas ao crescimento econômico. Ainda que haja mobilidade na hierarquia capitalista, os efeitos de cada posição são de longa duração, não nos permitindo, portanto, fazer um prognóstico favorável para o estado do Maranhão, mesmo no longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- ALCOA. Fact Sheet Alumar. Disponível em: <https://www.alcoa.com/brasil/pt/pdf/brasil-alumar-fact-sheet.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- ALMEIDA A. W. B. de; MOURÃO, L. *Questões Agrárias no Maranhão contemporâneo* / Alfredo Wagner Berno de Almeida, Laís Mourão. – Manaus: UEA Edições, 2017.
- ARAUJO, M.C.D. Vargas, Getúlio, 1883-1954. *Getúlio Vargas* / organização, Maria Celina D'Araujo. — Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- AREND, M; FAGOTTI, V.Z.; MOREIRA, A.C. *Cultura e histerese institucional: a dependência furtadiana como uma instituição histórica*. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5899>>. Acesso em 05 jul. 2023.
- ARIENTI, W. L.; FILOMENO, F. A. *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. In Ensaio FEE, Porto Alegre, v.28, n.1, p.99-126, jul. 2007.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo* / Giovanni Arrighi; tradução Vera Ribeiro – Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento* / Giovanni Arrighi. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.
- BARBOSA, Z. M. (2013). *O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo*. Revista Brasileira De Desenvolvimento Regional, 1(1), 113–128. Disponível em: <https://doi.org/10.7867/2317-5443.2013v1n1p113-128>. Acesso em 20 jul. 2024.
- Biblioteca Digital. *II Plano Nacional de Desenvolvimento:1975-1979*. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>. Acesso em 15 jul. 2024.
- BRAUDEL. F. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII* / Fernand Braudel. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BURNETT, F. L. *O plano mais IDH, do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão*. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13325/2491>. Acesso em 20 jul. 2024.

CABRAL, M. S. C. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão* / Maria do Socorro Cabral; prefácio de Emanuel Correia de Andrade. – São Luís: SIOGE, 1992.

COELHO, T. P. *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado.* / Tádzio Peters Coelho; organizadores: Marcio Zonta e Charles Trocate - Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. - (A questão mineral no Brasil: v. 1).

CORREIO BRAZILIENSE. *BNDES aprova financiamento de quase R\$ 1 bi para expansão da Alcoa.* Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2009/03/04/internas\\_economia\\_85465/bndes-aprova-financiamento-de-quase-r-1-bi-para-expansao-da-alcoa.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2009/03/04/internas_economia_85465/bndes-aprova-financiamento-de-quase-r-1-bi-para-expansao-da-alcoa.shtml)> Acesso em 11 jul. 2024.

COSTA, S. C. M. *A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico e regional.* Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/860>>. Acesso em 11 jul. 2024.

DECRETO-LEI Nº 1.813, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1980. Institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás e dá outras providências. Acesso em 18 jul. 2024.

FAMEM. *Municípios do MA recebem mais de R\$ 102 mi de royalties da mineração.* Disponível em: <https://famem.org.br/noticias/noticias/exibe/0016925-municipios-do-ma-recebem-mais-de-r-102-mi-de-royalties-da-mineracao>. Acesso em 24 jul. 2024.

FARIAS, W. P. de., & FONTGALLAND, I. L. (2021). *Participação de um consórcio de alumínio no Brasil: um estudo de caso sobre ações sustentáveis.* E-Acadêmica, 2(2), e072230. <https://doi.org/10.52076/eacad-v2i2.30>.

FERREIRA, P.F; CASTRO, A.C.L; SOARES, L.S; SOUZA, A.J.S; SILVA, T.S; MATOS, M.E.S; JANSEN, T.R.S; LYRA, I.N.O. *Alterações na dinâmica territorial do distrito industrial de São Luís – MA e os impactos no modo de vida das comunidades tradicionais.* Revista Observatório De La Economia Latinoamericana. Curitiba, v.22, n.3, p.01-24, 2024. Disponível em: <<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/3848/2642>> Acesso em 10 jul. 2024.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil* / Celso Furtado. Companhia Editora Nacional. Biblioteca Universitária Nacional, 1977.

G1MARANHÃO. *No MA, Justiça determina que Alumar suspenda demissões em massa.* Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/05/no-ma-justica-determina-que-alumar-suspenda-demissoes-em-massa.html>>. Acesso em 02 ago.2024.

GOMES, B.C.S. *O que podemos aprender com os empreendimentos solidários das produtoras de derivados do babaçu da região de Itapecuru Mirim?* Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_23\\_53\\_235364697911c35d5.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_23_53_235364697911c35d5.pdf)> Anais Jornada de Políticas Públicas da UFMA, 2023.

IANNI, O. *Estado e Planejamento Econômico do Brasil (1930-1970)* / Octavio Ianni. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ, 1979.

IBGE. *Panorama Maranhão*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 12 jul. 2024.

IMESC. *Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense*, Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 11 n. 4, out-dez, São Luís, 2023.

IMESC. *Produto Interno Bruto do Maranhão 2010-2021*. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 17, n. 1, São Luís, 2023.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. *Manobras fiscais e mineração. O que fica para as comunidades?* Disponível em: <<https://ijf.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Relatorio-Manobras-Fiscais-e-Mineracao-portugues-FINAL.pdf>> Acesso em 05 ago. 2024.

MAAS, L.W.D; ASSIS, L.M; TOMÁS, M.C; CARVALHO, P.F.B; VILAÇA, T.L.; LIRA, A.E. *A pobreza no Maranhão: uma análise com base na perspectiva multidimensional*. Sociedade E Estado, 37(02), 407–433. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020002>> Acesso em 20 jul. 2024.

MARINI, R. M. *Dialética da Dependência / Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação Emir Sader. – Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.*

MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESQUITA, B. A. de. *O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar / Benjamin Alvino de Mesquita*. São Luís, EDUFMA, 2011.

MILANEZ, B.; LOSEKAN, C. *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição / organizadores: Bruno Milanez e Cristiana Losekann* – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. *Audiência apresenta dados*

sobre poluição do ar na capital. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/sao-luis-audiencia-apresenta-dados-sobre-poluicao-do-ar-na-capital/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

NORTH, D. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018, p. 13-125.

PAIVA, S. C. *Estratégias de política industrial e desenvolvimento econômico: ideias de Fernando Fanjzylber para a América Latina*. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PNUD. *IDHM dos Municípios*. Disponível em <<https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>>. Acesso em 04 jul. 2024.

POLANY, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*/ Karl Polanyi; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RIBEIRO JUNIOR, J. A; MARINHO, S.C. *O Estado brasileiro, a economia da Vale na Amazônia maranhense e a rede justiça nos trilhos*. Disponível em<<https://periodicos.ufsm.br/>>. Acesso em 22 jul.2024.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROLIM, C. *Maranhão: de província próspera a estado pobre. São Paulo: de província pobre a estado próspero. O que deu tão errado e tão certo?* Disponível em: Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/>> Acesso em: 18 jul. 2024

SANTOS, I.P.; GOMES, B.C.S. *Como o empreendedorismo social e a economia solidária tem transformado a região de Itapecuru Mirim no Maranhão*. In: Anais do 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Anais. Brasília (DF) UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/soberebpc2021/343192/>. Acesso em 12 jul. 2024.

TAVARES, M.C. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* / Maria da Conceição Tavares. 3. Ed. – Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1998.

VALE. Parque Botânico São Luís. Acesso em: <<https://vale.com/pt/parque-botanico-sao-luis>>. Acesso em 02 jul. 2024.

VALE. Resultado financeiro do 4T23 e 2023. Disponível em: <https://saladeimprensa.vale.com/pt/w/resultado-financeiro-do-4t23-e-2023> . Acesso em 04 jul.

2024.

VIEIRA, P. A.; PRADO, F. C. *Uma crítica à perspectiva da economia nacional a partir da noção de economia-mundo*. Texto para Discussão nº 03, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005, 19p.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico e Civilização capitalista* / Immanuel Wallerstein; tradução Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. M. *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo* / Immanuel Maurice Wallerstein. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

WILLIAMSON, O. E. *Transaction cost economics and organization theory*. Industrial and Corporate Change, v. 2, n. 2, 1993, p. 107-156.

---

[1] Para Arrighi, as empresas capitalistas sofrem investidas e atravessam as fases A e B de ondas longas na qual ocorrem lutas competitivas no sistema interempresas. As transições das fases B para A podem ser explicadas pelo fato de a competição excessiva suscitar tendências compensadoras que ao longo do tempo se cristalizam num novo conjunto de acordos que serão costumeiros (ARRIGHI, 1997, p. 22). Na fase A, o capital está em expansão, frequentemente associada a um período de crescimento rápido e expansão global. Nesta fase, o foco está na acumulação extensiva, ou seja, na ampliação da produção, dos mercados e investimentos. O capital flui para novas regiões, seja por meio de comércio, colonização ou inovação tecnológica. Na fase B, o sistema entra em um ciclo mais maduro e o foco da acumulação passa de um modelo extensivo para um modelo intensivo, na qual verifica-se a maximização da produção e da rentabilidade com base em eficiência, inovação tecnológica avançada e uma utilização mais concentrada dos recursos existentes. A expansão do capital, nesse ponto, já não ocorre da mesma maneira que na fase A. O crescimento econômico diminui e é substituído por um processo de concentração, onde o capital se torna mais centrado em grandes corporações ou em uma rede restrita de elites econômicas.

[2] Ruy Mauro Marini define a superexploração como a intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configura em modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 2000, p. 125). [...] tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real (MARINI, 2000, p. 160).

[3] De acordo com informações do site oficial do Porto do Itaqui, as obras de construção do porto tiveram início em 1960 pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, começando a operar em 1972. O Porto do Itaqui tem conexão ferroviária direta com duas ferrovias, a Transnordestina (FTL), que passa por sete estados do Nordeste, do Maranhão a Sergipe (trecho de São Luís a Propriá), e a Estrada de Ferro Carajás (EFC), trecho concedido à Vale e operado pela VLI, com 892km de extensão, ligando a capital maranhense a Carajás-PA. Além de graneis sólidos e líquidos, ela é utilizada para escoar a produção de celulose em Imperatriz - MA pelo Itaqui. Há ainda uma conexão indireta com a Ferrovia Norte-Sul (FNS), que se liga à EFC em Açailândia, o que possibilita transportar graneis sólidos minerais e vegetais, além de combustíveis. O Porto do Itaqui possui 23m de profundidade, largura limitante de 500m, 101 km de extensão e calado máximo autorizado de 22,3m.

[4] No ano de 2021, a VALE S.A. bateu recorde de 121,2 bilhões de dólares de lucro líquido, mediante exportação de 315,6 milhões de toneladas de minério de ferro. Fonte – Demonstrativo Financeiro da Empresa: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/fd7f653f-8e20-e236-a6bf-97fe606a72ea?origin=1>

[5] Divulgada em janeiro de 2012, uma eleição organizada pelas ONGs Greenpeace e Declaração de Berna, intitulou a Vale como pior empresa do mundo. As razões para isto são as greves de trabalhadores nas minas do Canadá, a remoção forçada de famílias em Moçambique e a repressão a líderes sindicais e a grupos indígenas na Colômbia, Peru e Nova Caledônia. Também justificam o resultado da eleição os baixos salários pagos no Brasil, a parceria da empresa com siderúrgicas que utilizam carvão vegetal produzido por mão de obra escrava e, ainda, os impactos causados a comunidades dos entornos das minas e ferrovias (COELHO, 2013, p. 49). Mais em: <http://www.publiceye.ch>.

[6] De acordo com a FAMEM os municípios beneficiados são: Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Anajatuba, Arari, Bacabeira, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cantanhede, Caxias, Cidelândia, Codó, Coroatá, Igarapé do Meio, Itapecuru Mirim, Itinga, Miranda do Norte, Monção, Pindaré Mirim, Pirapemas, Rosário, Santa Inês, Santa Rita, São Francisco do Brejão, São Luís, São Pedro da Água Branca, Timbiras, Timon, Tufilândia, Vila Nova dos Martírios e Vitória do Mearim. Os dados sobre o IDHM dos municípios estão disponíveis em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municipios-2010>.

[7] Um estudo do IJF (Instituto de Justiça Fiscal), organização formada por economistas e auditores da Receita Federal, mostra que a mineradora Vale usou uma manobra comercial para deixar de pagar pelo menos R\$ 23 bilhões em impostos nas exportações de minério de ferro entre 2009 e 2015. Ver mais em: <https://ijf.org.br/vale-faz-venda-fake-a-suica-e-deixa-de-pagar-bilhoes-em-impostos-no-brasil-veja-mais-em-http-seconomia-uol-com-brnoticiasredacao20190401triangulacao-vale-minerio-ferro-confiscos-brumadinh/>

[8] No site oficial a ALCOA indica que está localizada em uma área de 1800 hectares em São Luís, porém, tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA corrobora com a afirmação de Barbosa ao apontar que 90.000 hectares correspondem à área doada pelo governo à ALCOA (AZAR, 2013). (<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/780/1/Tese%20Zaira.pdf>).

[9] Frase proferida pelo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva quando participou da inauguração da expansão da refinaria de alumina do Consórcio Alumar no ano de 2009 em São Luís. Na ocasião estavam presentes a então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, a ministra Dilma Roussef (Casa Civil), Edison Lobão (Minas e Energia) e Márcio Fortes (Cidades), o presidente do Senado José Sarney e o então prefeito de São Luís, João Castelo, deputados e vereadores. Ver mais em: <https://ibram.org.br/noticia/presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-inaugura-em-sao-luis-do-maranhao-a-expansao-da-refinaria-de-alumina-do-consorcio-alumar/>